



CONTRATO Nº 009/CEGÁS/2022
PROCESSO Nº 02121032/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS E (O)A EMPRESA N5 TECNOLOGIA LTDA, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS situada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, CEP: 60.830-005, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Fábio Augusto Norcio** e o Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, devidamente nomeados pelo Conselho de Administração desta Companhia, obedecendo assim os critérios estabelecidos no Estatuto Social da CEGÁS, e a **N5 TECNOLOGIA LTDA**, com sede na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, na Rua Barão de Aratanha Nº 1150, Bairro Fátima, CEP: 60.050-125, Fone: (85) 3455.2730 / 3455.2741, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº 14.756.444/0001-66, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sócio Administrador **Luiz Augusto Martelo Moraes**, brasileiro, e pelo Administrador **José Humberto Borges Araújo**, brasileiro, residentes e domiciliados na cidade de Fortaleza, no estado Ceará, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20210015/CEGÁS e seus anexos, os preceitos do direito privado, a Lei Federal nº 13.303/2016 e o Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS e ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 20210015/CEGÁS, e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato o serviço de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica de solução de telefonia IP, visando a expansão da solução existente, com atualização de software, implantação de sistema apropriado para Call-Center e renovação de suporte técnico e garantia, para atendimento das necessidades da Companhia, contemplando todos os materiais necessários para a instalação, incluindo transferência de conhecimento e fornecimento de material, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

4.1. A entrega do objeto dar-se-á sob o regime de execução indireta EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, nos termos estabelecidos na Cláusula Décima do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

5.1. O preço contratual global importa na quantia de R\$ 226.428,92 (duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e oito reais e noventa e dois centavos), conforme tabela abaixo, sujeito a reajustes, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta, conforme art. 37, XXI da Constituição Federal e art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	IPO R11 ESSNTL ED MG UPG LIC	AVAYA	UN	01	1.350,00	1.350,00
2	IPO R11 PREFRD VM PRO MG UPG LIC	AVAYA	UN	01	930,00	930,00
3	IPO R10+ MEDMGR ADI MG LIC	AVAYA	UN	01	700,00	700,00
4	IPO R11 PWR USER 1 ADI MG LIC	AVAYA	UN	05	240,00	1.200,00
5	IPO R10+ AV IP ENDPT 1 ADI MG LIC	AVAYA	UN	30	100,00	3.000,00
6	IPO R10+ IP500 E1R2 2CH ADI MG LIC	AVAYA	UN	22	250,00	5.500,00
7	IPO R10+ IP500 VCE NTWK 4 ADI MG LIC	AVAYA	UN	02	950,00	1.900,00
8	IPO R10+ SIP TRNK 1 ADI MG LIC	AVAYA	UN	05	120,00	600,00
9	IPO R10+ 3RD PTY TTS ADI MG LIC	AVAYA	UN	08	525,00	4.200,00
10	IPO R10+ TAPI WAV 4 ADI MG LIC	AVAYA	UN	01	2.700,00	2.700,00
11	IPO R10+ CTI ADI MG LIC	AVAYA	UN	01	950,00	950,00
12	AVAYA CALL REPORTING 1-100 USERS GLOBAL LIC:CU	AVAYA	UN	01	7.800,00	7.800,00
13	AVAYA CALL REPORTING CUSTOM REPORTS GLOBAL LIC:CU	AVAYA	UN	01	7.500,00	7.500,00
14	AV CALL RPTG CNTCT CNTR VCE AGT BNDL GBL	AVAYA	UN	03	2.466,67	7.399,98
15	IPO R10+ VM PRO 2 LIC	AVAYA	UN	01	7.600,00	7.600,00
16	IPO R10+ AV IP ENDPT 1 LIC	AVAYA	UN	120	263,33	31.599,60
17	J129 IP PHONE WITH 5-VOLT POWER	AVAYA	UN	70	497,14	34.799,80
18	IPO R11 PWR USER 1 LIC	AVAYA	UN	10	670,00	6.700,00
19	SUPORTE E MANUTENÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA IP OFFICE 500 R11.1 COM 170 RAMAIS, 60 TROCOS E MÓDULO AVAYA CALL COM ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS E FIRMWARE ATÉ O FIM DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO.		MÊS	58	1.724,13	99.999,54
VALOR GLOBAL (R\$)						226.428,92

5.1.1. Será adotado para fins de reajuste, a aplicação do índice econômico **IPCA** (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado).

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-005

Home page: www.pegas.com.br E-mail: pegas@pegas.com.br

Central Telefônica: (85) 3266-6900

rub_dir



CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo gestor do contrato no protocolo da CEGÁS, para fins de conferência e atestação pelo gestor do contrato, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, preferencialmente no Banco Bradesco S/A., conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012.

6.1.1. Após a certificação da nota fiscal/fatura pela CEGÁS, os pagamentos serão efetuados na **primeira quinta-feira após 15 (quinze) dias** do recebimento da fatura no protocolo da CEGÁS.

6.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20210015/CEGÁS.

6.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.3.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.4. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios oriundos da CEGÁS.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contado a partir de sua celebração

8.2. O prazo de execução do objeto contratual é de até 58 (cinquenta e oito) meses, contado a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento ou instrumento hábil.

8.3. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos arts. 172 ao 177 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

8.4. A publicação resumida do contrato dar-se-á nos termos do § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do respectivo instrumento, comprovante de prestação de garantia de 5 % (cinco por cento) sobre o valor deste contrato, em conformidade com o disposto no art. 70, da Lei Federal nº 13.303/2016 e inciso XVI, do artigo 68 do Regulamento Interno de Licitações da CEGÁS, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.

9.1.1. Na garantia deverá estar exposto prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

9.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

11.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução deste contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

11.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.6. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

11.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

11.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e demais normas do Ministério do Trabalho, relativos à segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

11.9. Respeitar a legislação relativa à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental e outros, conforme § 1º do art. 32 da Lei 13.303/2016.

11.10. Disponibilizar nos termos da Lei nº 15.854, de 24/09/2015, vagas de empregos a presos em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional e egressos do sistema prisional e aos jovens do sistema socioeducativo entre 16 e 18 anos, que estejam cumprindo medida de semiliberdade. Caso a execução contratual não necessite, ou necessite de 5 (cinco) ou menos trabalhadores, a reserva de vagas será facultativa.

11.10.1. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SAP e à SPS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo, contemplados com a reserva de vagas.

11.11. Disponibilizar a Contratante, mensalmente, os seguintes documentos: Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

12.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 13.303/2016.

12.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

12.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

12.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.

12.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Gerente de Tecnologia da Informação Ramiro Rodrigues Sumar, como Gestor do Contrato e pelo(a) Técnico em Processos Organizacionais Eduardo Clarindo Gabriel, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para este fim pela contratante, nos termos do § 1º, art. 192 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e art. 239 do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, as seguintes penalidades:

14.1.1. Advertência

14.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia.

b) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente e rescisão contratual, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada apenas a multa.

c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

d) Multa de 0,1% (um décimo por cento), sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento), em caso de reincidência.

e) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CEGÁS.

14.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.2. A multa a que porventura a CONTRATADA der causa será descontada da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução deste contrato, reservando-se a CONTRATANTE o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

14.2.1. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de depósito bancário em nome da CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.3. A multa poderá ser aplicada com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade previsto no capítulo VIII – Das Sanções Administrativas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

14.4. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática conluiada”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

17.3.3. Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do CONTRATADO na avaliação da hipótese de incidência tributária.

17.3.4. Variação da taxa de câmbio.

17.3.5. Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao apurado conforme Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.

17.4. O CONTRATADO declara:

17.4.1. Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ele assumidos no Contrato.

17.4.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua Proposta e assinatura do Contrato.

17.5. O CONTRATADO não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos não alocados expressamente à CEGÁS venham a se materializar.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 234, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS, será causa para sua rescisão, na forma do art. 235 com as consequências previstas no art. 236, do mesmo diploma legal.

18.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes de razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro do município da sede da CONTRATANTE para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 18 de fevereiro de 2022 | 15:46 BRT

DocuSigned by:
Hugo Santana de Figueirêdo Junior
Assinado por HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR 0161704420
CPF: 0281180014
Carimbo da Assinatura: 101022021 10 11 15:47
ID: 504225F08B0048B

HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR
Diretor Presidente
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

DocuSigned by:
Fábio Augusto Norcio
Assinado por FÁBIO AUGUSTO NORCIO 0170100042
CPF: 0281180014
Carimbo da Assinatura: 101022021 10 11 15:47
ID: 504225F08B0048B

FÁBIO AUGUSTO NORCIO
Diretor Administrativo e Financeiro
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

DocuSigned by:
José Humberto Borges Araújo
Assinado por JOSÉ HUMBERTO BORGES ARAÚJO 0161704420
CPF: 0281180014
Carimbo da Assinatura: 101022021 10 11 15:47
ID: 504225F08B0048B

JOSÉ HUMBERTO BORGES ARAÚJO
Administrador
N5 Tecnologia Ltda

DocuSigned by:
Luiz Augusto Martelo Moraes
Assinado por LUIZ AUGUSTO MARTELO MORAES 0161704420
CPF: 0281180014
Carimbo da Assinatura: 101022021 10 11 15:47
ID: 504225F08B0048B

LUIZ AUGUSTO MARTELO MORAES
Sócio Administrador
N5 Tecnologia Ltda

Testemunhas:

DocuSigned by:
Ramiro Rodrigues Sumar
Assinado por RAMIRO RODRIGUES SUMAR 0161704420
CPF: 0281180014
Carimbo da Assinatura: 101022021 10 11 15:47
ID: 504225F08B0048B

Nome: ramiro rodrigues sumar
CPF: 02420804309

DocuSigned by:
Eduardo Clarindo Gabriel
Assinado por EDUARDO CLARINDO GABRIEL 0161704420
CPF: 0281180014
Carimbo da Assinatura: 101022021 10 11 15:47
ID: 504225F08B0048B

Nome: Eduardo Clarindo Gabriel
CPF: 81442629304